



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

Alfabetização midiática: debates em torno da promoção da participação política

Raquel Tebaldi¹

Resumo: Nas últimas décadas, reformas educacionais têm sido realizadas em diversos países com o objetivo de expandir o conceito de alfabetização de forma a responder aos desafios impostos pela mídia de massa e pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Esse trabalho revisa alguns dos debates teóricos centrais em torno do conceito de alfabetização midiática, focando-se nas relações entre o conceito e o projeto de uma democracia mais participativa e igualitária.

Palavras-chave: alfabetização midiática; desigualdade; participação política.

Abstract: Over the last decades, there has been a surge of educational reforms in many countries aiming at expanding the concept of literacy in order to become more suited for the challenges that the mass media and the new information and communication technologies present (ICTs). This paper revises some of the central theoretical debates around the concept of media literacy, especially those on its relation to the project of a more participatory and egalitarian democracy.

Keywords: media literacy; inequality; political participation.

A questão do agravamento de desigualdades sociais que pode ocorrer com o acesso diferenciado às TICs, levando à expansão de oportunidades para os já privilegiados em detrimento da população marginalizada, é levantada por autores de diversas áreas que entendem que determinados usos das TICs podem resultar em mais capital humano, financeiro, social e cultural deixando aqueles que ficam de fora do

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL – UFRGS)

processo de aprendizagem em desvantagem. Porém, a divisão não pode ser traçada apenas entre aqueles que têm ou não acesso aos meios de comunicação – existe um grande espectro de “exclusões” que se operam quando se trata do uso de TICs, e assim, para entendermos as diversas desigualdades em torno do uso das TICs devemos levar em conta fatores como diferenças em idade, gênero, etnia, necessidades especiais e educação dos usuários. (HARGITTAI, 2008) Nesse sentido, Henry Jenkins destaca a relação entre cultura e tecnologia, apontando que, mais do que a difusão do acesso e melhoria da qualidade dos instrumentos tecnológicos, importa a cultura que os cercam, criticando assim abordagens educacionais do tipo “*laissez faire*” que ignoram lacunas de participação no que diz respeito a três desafios: acesso às oportunidades de engajamento que as tecnologias representam, o problema da transparência das mensagens transmitidas e o desafio ético de lidar com um complexo e diversificado ambiente social *online*. (JENKINS Et al, 2009)

Uma ampla gama de conceitos com diferentes significados e terminologias surgiu, portanto, para abarcar essa necessária revisão das práticas educacionais. A UNESCO, condensando diversas perspectivas no mais recente currículo para professores publicado, adota o conceito de alfabetização midiática e informacional (AMI), abrangendo dois campos que são entendidos separadamente por alguns, e como inseparáveis por outros autores. Por um lado, a alfabetização midiática (AM) envolve as habilidades de compreensão do papel e das funções da mídia em sociedades democráticas, das condições necessárias para o exercício de suas funções, além da capacidade de avaliar criticamente o conteúdo midiático à luz das funções da mídia e também de produzir conteúdos através de uma variedade de meios. Por sua vez, a alfabetização informacional (AI) consiste nas capacidades de definir e articular necessidades informacionais, localizar, acessar, organizar, utilizar eticamente e comunicar informações, além de ser capaz de utilizar TICs no processamento de informações. (WILSON Et al., 2013) Entretanto, essa convergência proposta entre as duas abordagens pode trazer alguns desafios à pesquisa futura na área, já que elas contrastam quanto ao seu foco teórico e metodologias utilizadas.

Dentre as similaridades entre as diversas definições de AM podemos destacar os seguintes pressupostos: os meios de comunicação têm o potencial de exercer uma ampla gama de efeitos sobre os indivíduos; os meios de comunicação exercem uma influência não apenas sobre os indivíduos, mas também sobre as estruturas sociais mais amplas; há

uma suposição de que por a influência das mídias ser constante e sutil, as pessoas estão mais suscetíveis a ela quando são passivas; o objetivo não é apenas ajudar as pessoas a se protegerem contra os efeitos potencialmente negativos, mas também capacitá-las a alcançar seus próprios objetivos através das TICs; a AM deve ser desenvolvida, é multidimensional e a expansão dessa capacidade envolve mais do que apenas adquirir conhecimento. É enfatizada ainda a necessidade de síntese de ideias sobre o conceito, que deve ser amplo o bastante para considerar todos os tipos de mídia, além de considerar tanto habilidades quanto conhecimentos e ao mesmo tempo ser detalhado em suficiente medida para ser útil para pesquisadores e professores. (POTTER, 2013) A AM também não deve ser entendida como um conceito binário, onde alguém pode ser classificado simplesmente como analfabeto ou alfabetizado, mas sim como um *continuum*, que envolveria diversos estágios de aprendizagem desde o aperfeiçoamento de capacidades básicas de linguagem até o desenvolvimento de um pensamento mais crítico e de uma posição social mais responsável. (POTTER, 2011)

O autor francês Jacques Gonet, por sua vez, defende que, embora nos últimos anos tenha havido uma ampla adoção do conceito de alfabetização midiática em políticas educacionais ao redor do mundo, a análise consensual do termo esconde grandes controvérsias – “se referir a ‘uma’ educação midiática é uma ilusão” (GONNET, 2001, pg. 5). O autor adota a visão de Len Masterman, que periodiza a evolução do conceito de AM desde uma atitude mais inicialmente protecionista, temerosa dos efeitos da mídia, passando por uma abordagem mais crítica a partir dos anos 1960, para então chegar num estágio de “decodificação” da mídia, a partir dos anos 1970, com a contribuição de áreas como a semiótica. Entretanto, o autor destaca que ao longo dessa evolução houve certo esquecimento do papel político da alfabetização midiática, e acredita mesmo que a maior controvérsia existente hoje em dia (ignorando visões mais extremas como as que defendem um protecionismo absoluto em relação à mídia) seria uma controvérsia transversal, que atravessaria todas as outras, dizendo respeito a duas concepções distintas em relação aos objetivos da AM: de um lado, aqueles que acreditam que os objetivos da AM não devem ser tão ambiciosos, devendo ser tratada como disciplina escolar clássica, partindo de objetivos definidos e com avaliações objetivando que os alunos aprendam a decodificar mensagens midiáticas; e de outro lado, aqueles que tomam a AM como um projeto político, e a entendem como

uma educação para a democracia, fonte fundamental de regeneração de práticas democráticas, com enfoque na participação do aluno. (Ibid., 2001)

Nesse sentido, alguns autores utilizam o conceito de alfabetização midiática crítica (*critical media literacy*) para reforçar o aspecto político dessa aprendizagem, destacando a necessidade de desenvolver um olhar crítico frente aos discursos e representações midiáticas e enfatizando a importância do uso das diversas mídias para a autoexpressão e para o ativismo social. Essa abordagem é considerada ainda mais necessária já que pequenos grupos dominam as corporações multinacionais de mídia de massa e o público parece bastante passivo, devendo ficar a cargo da escola, portanto, tornar visível a estrutura de poder por trás da produção da informação, e como ela beneficia a uns mais do que a outros. Para alguns autores essa aprendizagem está ligada a um projeto de democracia mais participativa, sendo outras abordagens mais “neutras” consideradas inócuas no sentido de realmente gerar mais engajamento cívico através da educação. (KELLNER; SHARE, 2005) Entretanto, é alertado que programas de AM que se focam no desenvolvimento do pensamento crítico sem um contexto de empoderamento que trate dos direitos fundamentais de livre expressão podem tornar os estudantes demasiadamente cínicos e desengajados em relação a instituições como o governo ou a mídia, sendo, portanto, fundamental realizar a conexão entre AM, liberdade de expressão e engajamento cívico para que se torne uma resposta educacional voltada para incentivar a participação. (MIHAILIDIS, 2009) Por fim, também se adverte contra a cooptação de políticas educacionais de AM para dentro de uma agenda política neoliberal, entendidas dentro desse contexto como aumentando as capacidades individuais e, portanto, a responsabilidade individual, o que serviria como justificativa para a defesa de uma desregulamentação e liberalização do mercado audiovisual. (LIVINGSTONE; LUNT, 2012)

Embora a AM (ou AMI) seja entendida como um bem público, ou até mesmo como um direito humano básico por alguns ativistas (MOELLER, 2009), o campo de estudos é bastante recente, pesquisas sobre o impacto desse tipo de política ainda são escassas, e indicadores para sua avaliação ainda estão na fase de desenvolvimento. Nesse contexto, ainda é difícil afirmar se há realmente conexão entre AMI e uma maior participação política, mas alguns trabalhos se mostram encorajadores nesse sentido. Um estudo quantitativo recente demonstrou que oportunidades de aprendizagem em AMI nos EUA são comuns, embora não universais, e que a AMI pode gerar mais participação

política *online*, além de aumentar a frequência da exposição dos jovens a pontos de vista diversos. (KAHNE et al., 2010) Outro estudo, mais recente, concluiu que embora tenha havido um grande aumento de atividades políticas em redes sociais entre 2008 e 2012 nos Estados Unidos, as diferenças de classe e, especialmente, variações na educação dos usuários são fundamentais para determinar a participação política de todos os tipos, tanto *online* quanto *offline*. (PEW RESEARCH CENTER, 2013) Entretanto, ainda resta como desafio para futuras pesquisas no campo da AMI um maior esforço na própria conceitualização desse objeto de estudo para melhor orientar sua aplicação prática e estudos empíricos na área, fortalecendo o projeto e suas grandes ambições.

Referências Bibliográficas:

GONNET, J. *Éducation aux medias: les controversies fécondes*. Paris, Hachette Éducation, 2001.

HARGITTAI, E. The Digital Reproduction of Inequality. In: GRUSKY, David (org.) *Social Stratification*, 2008, Boulder, Westview Press p. 936-944.

JENKINS, H., PURUSHOTMA, R., WEIGEL, M., CLINTON, K., ROBISON, A.J. *Confronting the challenges of participatory culture: media education for the 21st century*. Massachusetts Institute of Technology, 2009.

KAHNE, J., FEEZELL, J.T., LEE, N. *Digital Media Literacy Education and Online Civic and Political Participation*. DML Central Working Papers - Youth & Participatory Politics, 2010.

KELLNER, D., SHARE, J. *Toward Critical Media Literacy: Core concepts, debates, organizations, and policy*. *Discourse: studies in the cultural politics of education*, Vol. 26, nº 3, p. 369-386, 2005.

LIVINGSTONE, S; LUNT, P. *Media Literacy*. In: *Media Regulation: Governance and the interests of citizens and consumers*. Londres, Sage, 2012.

MIHAILIDIS, P. *Media Literacy: Empowering Youth Worldwide*. Washington, D.C., Center for International Media Assistance, 2009.

MOELLER, S. D. *Media Literacy: Understanding the News*. Washington, D.C., Center for International Media Assistance, 2009.

PEW RESEARCH CENTER. *Civic Engagement in the Digital Age*. Washington, D.C., 2013.

POTTER, J.W. Review of Literature on Media Literacy. *Sociology Compass*, p. 417–435, 2013.

POTTER, J.W. *Media Literacy*. SAGE Publications, Inc, 5ª edição, 2011.

WILSON, C., AKYEMPONG, K., CHEUNG, C., GRIZZLE, A., & TUAZON, R. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.